

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2867/2018-PGJ, DE 21.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2827/2018-PGJ, de 16.8.2018, que autorizou a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva a participar do Seminário “Elas por Elas”, realizado no dia 20.8.2018, na Sala de Sessões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2841/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013, a serem usufruídos no período de 3 a 6.9.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2853/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Ribas do Rio Pardo, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar, conforme quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	21.8.2018
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	22.8.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2860/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 2652/2018-PGJ, de 2.8.2018, que designou Promotores de Justiça para, sem prejuízo de suas funções, participarem do Mutirão Carcerário, a seguinte Promotora de Justiça:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PERÍODO
Lívia Carla Guadanhim Bariani	19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	20.8 a 6.9.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2861/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2652/2018-PGJ, de 2.8.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto para participar no Mutirão Carcerário, de forma que, onde consta: Período – 7 a 27.8.2018; passe a constar: Período – 7 a 22.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2862/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Luciano Furtado Loubet	18 e 19.2; 11 e 12.3 e 1º.4.2017	15, 16, 17, 18 e 19.10.2018
Ricardo Rotunno	19.2.2017	24.8.2018
Wilson Canci Junior	29.7.2018	6.9.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2863/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Terenos, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, conforme quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Victor Leonardo de Miranda Taveira	28.8 e 4.9.2018
Antenor Ferreira de Rezende Neto	29.8.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2864/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, no dia 16.8.2018, as férias do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, concedidas por meio da Portaria nº 2349/2018-PGJ, de 9.7.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2865/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, no dia 16.8.2018, a Portaria nº 2754/2018-PGJ, de 9.8.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2866/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Anaurilândia, Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos processos referentes à Companhia Energética do Estado de São Paulo, em trâmite na comarca de Batayporã, no período de 22.8 a 14.9.2018, em razão de licença, férias e compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2852/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais do Contrato nº 118/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 2) Fiscal – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica (Processo PGJ/10/4144/2017); e revogar a Portaria nº 322/2018-PGJ, de 24.1.2018, na parte que designou os servidores Elvey Tessaro Andrade e Bruno Dantas Sanchez.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2854/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 115/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Matos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica (Processo PGJ/10/4089/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2857/2018-PGJ, DE 20.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flávio Cesar de Pauli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Terenos, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, a partir de 20.8.2018, pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2859/2018-PGJ, DE 20.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação, no período de 22 a 31.8.2018, em razão de férias do titular, Emerval Carmona Gomes.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2879/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, no período de 20.8 a 5.9.2018, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2880/2018-PGJ, DE 21.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima do Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, em prorrogação, no dia 21.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2882/2018-PGJ, DE 22.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcelo Arce Cathcart Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 17.8.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 20/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001686-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar a legalidade do requisito de admissão exigido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Coxim, no edital do concurso publicado em 2016, para a contratação de professores para a Educação Infantil (licenciatura plena em pedagogia, com habilitação para educação infantil ou licenciatura plena em normal superior, com habilitação para a educação infantil), os quais supostamente estariam em contradição com os requisitos de formação acadêmica exigidos pela LDB. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001072-7 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000978-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Douglas dos Santos Gonçalves e Marcos Vinicius Campagnolli - Assunto: Apurar a prática de pesca predatória, em época de piracema, sem autorização do órgão competente. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001254-4** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Paranaíba e José Carlos Grande, Engenharia e Construções Ltda. - Assunto: Apurar eventual violação aos preceitos da Lei nº 6.766/79, no Loteamento Jardim Redentora dos Buritis, a partir das diligências originadas do Inquérito Civil nº 020/2012. **5) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002379-2** - 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - Requerentes: 12ª Procuradoria de Justiça, Luciene Reis D'Avila, Lucienne Reis D'Avila - Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande - Assunto: Apurar eventuais danos ao patrimônio público municipal existente no Cemitério Santo Antônio de Campo Grande, como por exemplo, assolamento de calçadas, muros em más condições estruturais e existência de sepulcros violados. **6) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000752-0 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **7) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001051-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar eventual omissão do município de Paranaíba em promover a adequação da mobilidade urbana na rua do Centro de Educação Infantil Caio Silva Beviláqua. **8) Inquérito Civil nº 06.2016.00000751-1 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **9) Inquérito Civil nº 06.2016.00000061-8** - Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar se estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Sonora as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao *Zika Vírus*. **10) Inquérito Civil nº 06.2016.00000070-7 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina. **11) Inquérito Civil nº 06.2017.00001781-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Danilo Kudiess e Maura Maria Ferreira Corrêa - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Millenium, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental. **12) Inquérito Civil nº 06.2017.00001638-0 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **13) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001091-3 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito. **14) Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Alberto Diniz Laburu e outros - Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas no imóvel situado na avenida Rita Vieira de Andrade, quadra 10, lote, 04, Parcelamento Jardim Auxiliadora. **15) Inquérito Civil nº 06.2017.00000512-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **16) Inquérito Civil nº 06.2017.00000545-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Conselho Tutelar - Assunto: Apurar violação aos impedimentos do artigo 140 do ECA no Conselho Tutelar de Dois Irmãos do Buriti. **17) Inquérito Civil nº 06.2018.00000530-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Roberto de Oliveira Paz - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelo Vereador Paulo Roberto de Oliveira Paz, noticiada na manifestação nº

11.2015.0000622-9, da Ouvidoria do MPMS. (IC nº 19/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP). **18) Inquérito Civil nº 06.2018.00000570-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Menandro Vital Cyrino - Assunto: Visando a apurar irregularidades na construção de loteamento localizado na Fazenda Arizona, no Distrito Águas do Miranda. **19) Inquérito Civil nº 06.2016.00000697-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **20) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001105-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar eventuais atos de improbidade administrativa, consistentes em ofensas aos princípios da competitividade e da legalidade por ocasião do processo Licitatório nº 111/2017, Edital nº 85/2017 da Prefeitura Municipal de Sonora/MS. **21) Inquérito Civil nº 06.2017.00000892-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar eventual dispensa de licitação para a realização do evento denominado Expoglória. **22) Inquérito Civil nº 06.2017.00001168-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa ocorrida na nomeação da Conselheira Tutelar Polliany de Souza Moreira ao cargo de Assessora de Planejamento do Executivo. **23) Inquérito Civil nº 06.2018.00001304-3 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **24) Inquérito Civil nº 06.2016.00001122-6** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Cesar Galvão Zoccante e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Coqueiro (localizada na propriedade de Carlos César Galvão Zoccante) e a eficácia da fiscalização empreendida pelo município de Campo Grande. **25) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001242-2 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque. **26) Inquérito Civil nº 06.2016.00001539-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Deodápolis e Márcio Teles Pereira - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Sr. Márcio Teles Pereira, acerca de sua cedência pela SED para prestar serviços ao município de Deodápolis (denúncia relatada na Manifestação de nº 11.2016.00004206-2, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul). **27) Inquérito Civil nº 06.2017.00000033-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual e Alex Rodrigues Patrício - Requerida: Prefeitura Municipal de Deodápolis - Assunto: Apurar a ausência de iluminação pública na Rua Carlos Ruiz Galan, não obstante a cobrança de contribuição de custeio do serviço de iluminação pública. **28) Inquérito Civil nº 06.2017.00001137-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Deodápolis e a Câmara & Trevisan Advogados Associados SS - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação de escritório de advocacia por meio de inexigibilidade de licitação (processo licitatório nº 064/2017). **29) Inquérito Civil nº 06.2018.00002443-0 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **30) Inquérito Civil nº 06.2016.00000746-6 - (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00000225-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Bandeirantes mencionados na manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o nº 11.2016.00003456-2. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002163-9 - (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **33) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000602-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Roque Antônio Pereira Brandão - Requerido: Maria Eduarda Almeida da Silva, proprietária do estabelecimento denominado Stokar Funilaria e Pintura - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento denominado Stokar Funilaria e Pintura. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000656-4** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Regina Soares - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática da infração de poluição sonora proveniente do templo religioso denominado Igreja Pentecostal Jesus o Caminho da Salvação, localizada na rua Urias Ribeiro, Ipacará, nesta urbe. **35) Inquérito Civil nº 8/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corguinho - Assunto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos Públicos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, ano de 2012, no município de Corguinho/MS. **36) Inquérito Civil nº 3/2017** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Imasul - Requerido: Márcio de Oliveira Rocha - Assunto: Apurar eventual prática de supressão ambiental, sem autorização do órgão ambiental competente, em área considerada de preservação permanente, na Fazenda Cruzeiro do Sul, localizada neste município de Porto Murtinho. **37) Inquérito Civil nº 13/2015** - Promotoria

de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Polícia Militar Ambiental da comarca de Porto Murtinho - Requerido: Oronaldo Del Valle Palhano - Assunto: Apurar eventual prática de supressão ambiental, sem autorização do órgão ambiental competente, em área convertida para o uso alternativo do solo, na fazenda Oásis, localizada neste município de Porto Murtinho. **38) Inquérito Civil nº 15/2014** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Imasul - Assunto: Apurar a situação ambiental do córrego Cabeceira Bom Jardim e a efetividade da fiscalização empreendida pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul. **39) Inquérito Civil nº 11/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Angélica - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no Hospital Beneficente de Angélica, mantido com recursos provenientes do SUS e da Prefeitura Municipal de Angélica. **40) Inquérito Civil nº 11/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da extração mineral de areia sem o devido licenciamento ambiental. **41) Inquérito Civil nº 1/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto à prestação de contas junto ao SIOPE- Indicadores Educacionais, referentes à aplicação dos recursos do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por parte do município de Bandeirantes, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **42) Inquérito Civil nº 6/2015** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Fernando Arantes, fazenda Maringá - Assunto: Apurar notícia de eventual supressão vegetal na fazenda Maringá, neste Município, de propriedade de Luiz Fernando Arantes. **43) Inquérito Civil nº 45/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Jaraguari - Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Jaraguari/MS, consistente na distribuição de servidores municipais da área de limpeza para outras áreas, configurando desvio de função, assim como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa. **44) Inquérito Civil nº 17/2016** - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: Apurar possível descumprimento a Lei nº 6.766/79 pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS. **45) Inquérito Civil nº 8/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ponta Porã/MS, Flávio Esgaib Kayatt e a empresa Uemura e Cia Ltda. (representada pelo sócio gerente Eduardo Takashi Uemura- Assunto: Apurar a legalidade do Termo de Concessão para Exploração do Serviços Funerários e de Cemitérios com a Empresa Uemura e Cia Ltda., durante os anos de 2007 a 2012, especialmente em relação à omissão deliberada do município de Ponta Porã em fiscalizar e exigir o cumprimento das obrigações pactuadas. **46) Inquérito Civil nº 10/2015** - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar a construção irregular em área pública, localizada na rua Antônio de Assunção, Quadra 11, Lote 01, bairro Santo André, neste Município. **47) Inquérito Civil nº 13/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ribas do Rio Pardo/MS e Centro Terapêutico Rafard - Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes de eventual violação à Lei nº 8.666/93. **48) Inquérito Civil nº 10/2013** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, narradas na representação oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Mato Grosso do Sul. **49) Inquérito Civil nº 6/2013** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Porto Murtinho - Requerente: OAB/MS - Subseção de Porto Murtinho - Requerido: OI Telecomunicações S/A - Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva aos consumidores por parte da empresa de Telefonia OI Telecomunicações S/A em razão da carência e ineficiência do serviço de acesso à internet banda larga disponibilizados à população. **50) Inquérito Civil nº 71/2014** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Contrato nº 307/2012, referente ao objeto de contratação de serviços especializados visando ao manejo de águas pluviais do Rio Anhanduí. **51) Inquérito Civil nº 14/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Lídia Lopes de Almeida e o município de Terenos - Assunto: Apurar eventual participação de servidora pública do município de Terenos em licitação com o respectivo ente federado. **52) Inquérito Civil nº 5/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na extinção de créditos tributários municipais sem o respectivo pagamento ou outra causa jurídica. **53) Inquérito Civil nº 25/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventual aquisição de materiais

hospitais e laboratoriais sem a realização de licitação e irregularidades dos Pregões nºs 66/2014 e 67/2014. **54) Inquérito Civil nº 7/2015** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Água Clara - Assunto: Apurar a suposta afronta a direitos básicos de educação de crianças e adolescentes do município de Água Clara, notadamente em razão da inefetividade do transporte escolar em razão das más condições de algumas estradas ao redor do centro da cidade, comprometendo, por via de consequência, o acesso ao ensino.

Campo Grande, 20 de agosto de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça e
Secretária da Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:

6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:

- 1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**
- Ofício nº 0249/2018/01PJ/AMB, de 13.8.2018.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000388-8.

2. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000029-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001216-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001707-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001704-0.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001167-8.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000464-4.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001991-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001468-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000960-5.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 16/2015.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003366-8.

8. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000925-0.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001149-0.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002525-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000689-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000107-6.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003387-9.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002840-0.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001268-8

2. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorado do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000425-1

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Inquérito Civil nº 13/2015

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001124-5

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000002-2

6.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 1/2015

6.3.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos de Buriti:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002340-4

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000775-2

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001245-5

6.3.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001707-9

6.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002142-8
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001282-5

2. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000966-1

3. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001410-5

6.3.8. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001253-3

7. Ordem do dia:**7.1. Processo com pedido de vista:****1. Inquérito Civil nº 23/2014 (Sigiloso)**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Conselheira-Relatora: Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Marcos Antonio Martins Sottoriva, Corregedor-Geral do MP

Julgamento adiado, na reunião do dia 24.4.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, após a Relatora votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001070-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a possível irregularidade na utilização das motocicletas adquiridas pela Associação Comunitária de Batayporã, uma vez que supostamente foram desviadas de sua finalidade.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000065-9 - SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

3. Procedimento Preparatório nº 16/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta existência de uma erosão na nascente do córrego da Maconha, localizado no Distrito de Morraria do Sul, município de Bodoquena.

4. Procedimento Preparatório nº 20/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Mônica Reflorestamentos Ltda., - Loteamento Centro de Logística Santa Mônica

Assunto: Acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta, referente à execução dos serviços de infraestrutura no Loteamento Centro de Logística Santa Mônica.

5. Inquérito Civil nº 43/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Rosa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Santa Rosa, de propriedade de Joney Penajo Corrêa e outros, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002358-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora de Fátima

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 35 53.484, S 20 45 52.702, em razão da supressão de 14.9761 hectares de vegetação nativa, no município de Bonito/MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000283-5 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000698-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar a existência de eventuais atos omissivos do poder público do Município de Bonito/MS, e seus agentes públicos, com deveres de atuação ex-officio, importando em atos de improbidade administrativa, por violação de princípios administrativos.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Notícia de Fato nº 01.2018.00004392-6 - RECURSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Recorrente: Joubert William Clinton

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000062-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: José Carlos Nepomuceno

Requeridos: Município de Camapuã e Empresa HWR

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos contratos de transporte escolar firmados pelo Município de Camapuã com a empresa “HWR Locadora de Veículos & Serviços Ltda-EPP”.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000381-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sítio de Lazer Palmeiras Lote 11 Quadra 07, de propriedade de Wilson

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Sítio de Lazer Palmeiras Lote 11 Quadra 07, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.000001450-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar denúncia feita junto à Ouvidoria do Ministério Público Estadual, na qual se narrava supostas irregularidades na contratação de servidores pela Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

5. Inquérito Civil n. 06.2017.00001457-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Dias e Daiane Vilharva Cáceres Franzoni

Assunto: Apurar suposto recebimento de valores sem trabalhar por parte de servidores públicos.

6. Procedimento Preparatório n. 06.2018.00001077-9

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos individuais inerentes aos menores de idade matriculados na instituição "Sala Vovó Carmelita" distrito de Amandina, no Período vespertino, noticiado através das manifestações n. 11.2017.00001445-9 e 11.2017.00001444-8, oriundas da Ouvidoria deste *Parquet*.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001475-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Naviraí

Assunto: Apurar a notícia de que a Câmara Municipal de Naviraí não estaria dando publicidade, por meio do Portal da Transparência, das informações relativas aos anos de 2013 a 2014.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001814-9 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

9. Inquérito Civil nº 9/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio da Cunha Barbosa

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade denominada Estância GM, consistente em apurar danos ambientais na propriedade, especialmente o possível desmatamento sem autorização legal, bem como possível degradação de área de preservação permanente e existência de reserva legal.

10. Inquérito Civil nº 41/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Mata Grande

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Mata Grande, de propriedade de Nildo Alves de Albres, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

11. Inquérito Civil nº 5/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Água Clara

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria administrativa pela gestão anterior da Câmara Municipal de Água Clara/MS, constatadas por sua Controladoria Interna e trazidas ao conhecimento desta Promotoria de Justiça por meio do Ofício nº 09/2015.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001131-5**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Projeto de Lei nº 57/2016, que autoriza o Executivo a adquirir imóvel através de permuta, consistente em potencial prejuízo ao ente público em decorrência da suposta divergência de valores entre os imóveis respectivos.

2. Inquérito Civil nº 4/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a procedência das informações contidas no OF/PR/MS/TLS/DMP Nº 079/2016, oriundo do MPF acerca da Nutricionista Lidiane Dias Ottoni.

3. Procedimento Preparatório nº 1/2015

8ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN

Assunto: Apurar as condições de trabalho dos Agentes Penitenciários dos estabelecimentos penais de Dourados/MS.

4. Inquérito Civil nº 2/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Controladoria Geral da União

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as ilegalidades constatadas no Relatório de Fiscalização da CGU nº 184/2004, no qual se verificou algumas irregularidades no funcionamento da Secretaria de Saúde do Município de Fátima do Sul.

5. Inquérito Civil nº 1/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conágua Ambiental Ltda., e Jailton José de Lima

Assunto: Apurar supostos abusos na utilização da autorização ambiental para manejo de Ictiofauna na UHE São Domingos, consistentes na realização de pesca fora dos limites permitidos e na utilização de petrechos ilegais.

6. Inquérito Civil nº 2/2015 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Água Clara.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 36/2012**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no cumprimento das normas referentes à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência pela Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental José de Anchieta, localizada na Rodovia-MS 340, KM 25, município de Bandeirantes/MS, para, se for o caso, promover as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

2. Inquérito Civil nº 9/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Moacir Turquino

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Betânia.

3. Inquérito Civil nº 4/2008

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul e a empresa de Transporte Garcez

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas nas licitações cujo objeto é a prestação de serviços de transporte escolar para o Município, além de eventual monopólio da empresa Garcez.

4. Notícia de Fato nº 01.2018.00005845-2 – RECURSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Recorrente: Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional de MS

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Noticiar que Adriana Vanessa da Silva estaria praticando indevidamente atos que seriam privativos dos profissionais médicos.

7.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 30/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ladário e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na participação da empresa ITAOCA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ 33.101.528/0001-06) nos Processos n. 017/2012 e 003/2012 sem o cumprimento das formalidades legais.

2. Inquérito Civil nº 4/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos do Programa 2030 - ação 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica no município de Naviraí/MS.

3. Inquérito Civil nº 8/2016

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerentes: Ministério Público Estadual e Mayara Helena Culere

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a possível existência de irregularidades no procedimento para as eleições dos membros do Conselho Tutelar do município de Novo Horizonte do Sul, notadamente pela inscrição e eleição da candidata Maria Telma Lima, sendo esta possuidora de condenação criminal transitada em julgado, circunstância esta que caracteriza inidoneidade moral.

4. Inquérito Civil nº 55/2012

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar se o número de médicos especialistas em cardiologia, psiquiatria e oftalmologia satisfaz as necessidades dos usuários do SUS de Dourados/MS.

5. Inquérito Civil nº 9/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerentes: Ministério Público Estadual e Alaor Alves Pinto Junior

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na implementação do loteamento nominado Jardim Aeroporto.

6. Inquérito Civil nº 11/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Plínio Marcelo de Arruda Armelin

Assunto: Apurar a notícia de prática de infração ambiental por Plínio Marcelo de Arruda Armelin, consistente no corte de madeira de lei - Faveiro, sem permissão da autoridade competente.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001345-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001247-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar possível favorecimento e dano ao erário decorrente de contratos licitatórios e aditivos firmados pelo

Município de Três Lagoas com
Paulo de Lima Vieira.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 62/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Morrinho

Assunto: Apurar a notícia de prática de ilícitos ambientais na fazenda Morrinho, localizada no município de Miranda, de propriedade de Ivan Paz Bossay.

2. Inquérito Civil nº 7/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Recreio, de propriedade de Eriosvaldo Araújo Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Recreio.

3. Inquérito Civil nº 52/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul no que se refere à contratação de servidores sem a realização de concurso público.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001096-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Augusto Rodrigues da Silva

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a existência de licença ambiental para realização das atividades de implantação de infraestrutura urbana, manejo de águas pluviais, pavimentação asfáltica, mobilidade e acessibilidade e sinalização viária do setor Imbirussu e Segredo do Complexo Mata do Jacinto.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001103-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostos desvios dos documentos referentes ao Auto de Infração nº 14966, 14967 e 14982, Laudo de Constatação nº 18266, Notificação nº 14396 e TAD nº 07401, todos do IMASUL, datadas de 11 de março de 2014.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000251-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Água Clara e Silas José da Silva Assunto: Apurar suposta lesão ao patrimônio público cultural do município de Água Clara/MS configurador, em tese, de ato de improbidade administrativa.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000883-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Humberto Bazilio da Costa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Chácara Maria José, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como verificar se houve danos ao meio ambiente em razão da invasão da área de preservação permanente nas margens do Córrego Cabeceira do Prata.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001032-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Valdecir Pereira dos Santos - EPP

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução financeira do Contrato Administrativo n. 39/2012, firmado entre o Município de Ivinhema e a empresa Valdecir Pereira dos Santos - EPP.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001162-6 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 13/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: IASB - Instituto das Águas da Serra da Bodoquena

Requerido: Oswaldo Jara

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no PIP 002/PJMA/2005, a fim de sanar os danos oriundos de eventual prática de crime ambiental, consistente no desmatamento irregular nas margens do Rio Salobra, município de Bodoquena, sem respeitar a área de preservação permanente.

2. Inquérito Civil nº 16/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Henrique Vasques

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no PIP 002/PJMA/2007, a fim de sanar os danos ambientais decorrentes da construção e reforma do açude, sem autorização do órgão competente na fazenda São Francisco, município de Miranda/MS, de propriedade de Carlos Henrique Vasques.

3. Inquérito Civil nº 96/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Ypê

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Estância Ypê, de propriedade da Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

4. Inquérito Civil nº 72/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel denominado rua Ribeirinha

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado rua Ribeirinha, de propriedade de José Augusto Massulo e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001528-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Cândido dos Santos

Assunto: Apurar notícia de queima de árvores nativas da espécie Angico, sem autorização ambiental, pelo proprietário da Fazenda Bentinho, localizada no Município de Anaurilândia.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000833-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Hélio Leonel da Costa

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no sítio Jatobá, de propriedade de Hélio Leonel da Costa, em razão das informações encaminhadas por meio do Ofício nº 020/2º Pel/3ª Cia/15º BPMA/18, oriundo da Polícia Militar Ambiental.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000932-0 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

ENUNCIADO Nº 18, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público que, na sessão do dia 14 de agosto de 2018, o referido órgão colegiado aprovou o Enunciado em epígrafe, com a seguinte redação:

Em se reconhecendo a duplicidade de procedimentos com o mesmo objeto e as mesmas partes, deve-se promover o arquivamento do procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo, aplicando-se subsidiariamente o previsto no Código de Processo Civil, tendo em vista a configuração de fenômeno análogo ao da litispendência.

Fundamento: O chamado microssistema processual coletivo, donde se extrai a previsão a permitir a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público, igualmente, permite o uso subsidiário de normas previstas no Código de Processo Civil de 2015.

Explica-se: em 11 de setembro de 1990, foi promulgado o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que inovou sobre o tema “processo coletivo” (arts. 81 a 104) e, ao acrescentar o art. 21 à Lei nº 7.347/85, deu origem ao que se tem denominado de “microssistema processual coletivo”. Por conta disso, passou-se a entender que todos os diplomas que tratam da tutela coletiva são intercambiantes entre si, aderindo a uma intertextualidade intrassistemática, ou seja, assume-se que as leis especificamente ligadas à tutela coletiva são incompletas e, para aumentar sua flexibilidade, eficiência e durabilidade em uma realidade pluralística, complexa e muito dinâmica, encontram no CPC a regulamentação subsidiária e supletiva.

O art. 19 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), inclusive, prevê expressamente a aplicação do Código de Processo Civil (referindo-se ao CPC/73), naquilo em que não contrarie suas disposições.

Em reforço, o art. 90 do Código de Defesa do Consumidor, prevê: “*Aplicam-se às ações previstas neste título as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições*”.

Por óbvio que, com o advento do CPC/2015, que revogou por completo o código de rito anterior, as normas do novel diploma sucedem o anterior e devem ser aplicadas tanto às ações coletivas previstas no microssistema processual coletivo, quanto às que dizem respeito ao inquérito civil.

Hugo Nigro Mazzilli sustenta que se deve aplicar “*analogicamente ao inquérito civil as normas procedimentais do inquérito policial e as normas processuais em geral*”.

Ao buscar norma de regência para a resolução da ocorrência fática junto aos diplomas que compõem o microssistema processual coletivo, constata-se sua omissão na abordagem do tema. Assim, os conceitos, as definições e o regime pertinentes ao instituto da litispendência deverão ser compreendidos no âmbito do CPC/2015, que assim dispõe, em seu art. 337, § 1º: “*Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada*”.

Nelson Nery Júnior *et al.* explicam que “*ocorre litispendência quando se reproduz ação idêntica a outra que já está em curso. As ações são idênticas quanto têm as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato)*”.

Note-se que a regra inserta no ordenamento processual civil é expressa ao prever a necessidade de duas ações pendentes para a configuração do instituto. Disso, conclui-se que, entre inquéritos civis, não ocorre litispendência propriamente dita, mas sim uma circunstância assemelhada, pois a litispendência acontece somente entre lides pendentes.

Sabe-se que, na seara processual, só se considera formada a lide a partir da citação válida, sendo que esta determina o momento em que ocorre litispendência (CPC, 240, *caput*).

Normalmente, costuma-se atribuir à litispendência o efeito de extinguir o segundo processo sem exame de mérito, com base no art. 485, inciso V, do CPC/2015.

Ocorre que no inquérito não há angularidade, ou seja, não está formada a relação jurídica processual, não havendo cogitação quanto à citação nesta fase extraprocessual. Afinal, trata-se de investigação preliminar, podendo ou não resultar no ajuizamento de ação, na qual será feita a citação.

O instituto deve ser entendido sob o enfoque procedimental linear, acautelando-se contra a ocorrência de litispendência em futuros processos, além de se evitar a realização de dispendiosos e desnecessários atos procedimentais eventualmente dúbios e contraditórios na fase pré-processual.

A ideia de litispendência pode assumir, no entanto, outro significado. A definição fundada na tríplice identidade de elementos – partes, pedido e causa de pedir – é correta, curial, mas não é a única.

Também há litispendência quando pendem processos/procedimentos com mesmo conteúdo, com a mesma situação jurídica a ser apurada/decidida. *Mutatis mutandis*, há litispendência quando o poder judiciário é provocado a solucionar o mesmo problema em mais de um processo.

Não obstante, forçoso reconhecer que ocorre o instituto da litispendência quando dois inquéritos civis são instaurados pelo mesmo órgão, para apurar a mesma situação jurídica controvertida, posta em mais de um inquérito civil para ser resolvida, envolvendo as mesmas partes.

Os procedimentos se identificam em todos os seus elementos e eventuais deliberações autônomas em cada um deles poderiam ser potencialmente conflitantes entre si, risco que, precisamente, é o que o instituto da litispendência visa a coibir. Portanto, cabível o transporte de seu raciocínio e a aplicação ao inquérito civil.

Além disso, inexistente motivo para a manutenção de dois procedimentos com o mesmo objeto, ocasionando, por consequência, duas movimentações da máquina pública e gastos desnecessários.

É dizer, quer seja a situação denominada como litispendência, quer como exceção diversa, a solução a ser dada à questão é uma só: a paralisação e extinção da segunda causa.

Isso porque o Código de Processo Civil determina que, caso se constate a existência de duas ações idênticas, “*como a primeira já fora anteriormente ajuizada, a segunda ação, onde se verificou a litispendência, não poderá prosseguir, devendo ser extinto o processo sem resolução de mérito (CPC, 485, V)*” (NERY JUNIOR, 2016, p. 1008).

Não resta nenhuma dúvida sobre a aplicação do Código de Processo Civil/2015 no que diz respeito à definição e ao mecanismo da litispendência, cuja incidência é ressignificada no plano procedimental do inquérito civil.

Então, havendo duplicidade de feitos, ainda que “litispendência” não seja o termo tecnicamente adequado, deve-se promover o arquivamento do procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo.

Regra de transição: Em razão da regra de transição prevista no art. 56 da Resolução nº 014/2017-CPJ, vigente até 31.12.2018, ressalvam-se as seguintes hipóteses:

1 – Quando se tratar de duplicidade de procedimentos que se encontrem nos formatos físico e eletrônico, arquiva-se o procedimento físico, prevalecendo o virtual, trasladando-se obrigatoriamente para o meio eletrônico os documentos probatórios, certificando-se nos procedimentos.

2 – Se constatada a litispendência, após a migração do procedimento físico, aplica-se a regra do Enunciado, observando-se, neste caso, a data de instauração do procedimento físico.

Campo Grande, 22 de agosto de 2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL Nº 15/2018 – PARANAÍBA - MS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de PARANAÍBA, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e do Edital nº 005/2016 – PARANAÍBA - MS CONVOCA a candidata aprovada JULIA TOSTA para a apresentação da documentação especificada em anexo (art. 31, §1º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste.

Paranaíba/MS, 21 de agosto de 2018.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

ANEXO I**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1. Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2. Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3. Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4. Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5. Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6. Declaração pessoal de não exercício de advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7. Atestado de exame ABO-RH;
8. Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9. 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10. Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 16/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 16/2018, referente aos documentos Secretaria de Administração, encaminhados através do memorando n.457/2018-SG-PGJ, nos termos do disposto do art. 9º, Parágrafo único da Resolução nº 004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 27.08.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 21.08.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 16/2018

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Secretaria-Geral	Órgão / Setor- Secretaria-Geral		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
<u>Classe/Subclasse:</u> 000.001-Controle de Andamentos de Processos; 000.002-Correspondências expedidas; 000.003- Correspondências recebidas; 000.028-Editais; -Requerimentos; Processo PGJ nº 10/1730/2006 Processo PGJ nº 10/1740/2006 Processo PGJ nº 10/1783/2006 Processo PGJ nº 10/1831/2006 Processo PGJ nº 10/1833/2006 Processo PGJ nº 10/2197/2006 Processo PGJ nº 10/2213/2006 Processo PGJ nº 10/2250/2006 Processo PGJ nº 10/2410/2006 Processo PGJ nº 10/2426/2006 Processo PGJ nº 10/2462/2006 Processo PGJ nº 10/2482/2006 Processo PGJ nº 10/2535/2006 Processo PGJ nº 10/2536/2006 Processo PGJ nº 10/2505/2007 Processo PGJ nº 10/2352/2007 Processo PGJ nº 10/2055/2007 Processo PGJ nº 10/1500/2007 Processo PGJ nº 10/2546/2007 Processo PGJ nº 10/2859/2007 Processo PGJ nº 10/2969/2007 Processo PGJ nº 10/0001/2007 Processo PGJ nº 10/0279/2007 Processo PGJ nº 10/0285/2007 Processo PGJ nº 10/303/2007 Processo PGJ nº 10/0334/2007 Processo PGJ nº 10/0359/2007 Processo PGJ nº 10/1002/2007 Processo PGJ nº 10/1003/2007 Processo PGJ nº 10/1153/2005 Processo PGJ nº 10/1209/2005 Processo PGJ nº 10/1227/2005	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 16/2018.	Exercício 2003	Exercício 2016

Processo PGJ nº 10/1228/2005			
Processo PGJ nº 10/1259/2005			
Processo PGJ nº 10/1425/2005			
Processo PGJ nº 10/0318/2005			
Processo PGJ nº 10/0702/2005			
Processo PGJ nº 10/0712/2005			
Processo PGJ nº 10/0771/2005			
Processo PGJ nº 10/0792/2005			
Processo PGJ nº 10/0808/2005			
Processo PGJ nº 10/0988/2005			
Processo PGJ nº 10/1576/2000			
Processo PGJ nº 10/1551/2000			
Processo PGJ nº 10/1127/2000			
Processo PGJ nº 10/1138/2003			
Processo PGJ nº 10/1295/2004			
Processo PGJ nº 10/1294/2004			
Processo PGJ nº 10/1296/2004			
Processo PGJ nº 10/1299/2004			
Processo PGJ nº 10/1401/2004			
Processo PGJ nº 10/2213/2004			
Processo PGJ nº 10/2609/2004			
Processo PGJ nº 10/ 2926/2007			
Processo PGJ nº 10/2984/2007			
Processo PGJ nº 10/2993/2007			
Processo PGJ nº 10/1770/2007			
Processo PGJ nº 10/2133/2007			
Processo PGJ nº 10/2196/2007			
Processo PGJ nº 10/1316/2007			

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação dos Documentos

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000096 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2981/2018.**

Credor: TERABRAS COMERCIAL EIRELI-EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 035/2018 do Pregão Eletrônico nº 168/2017 da Secretaria de Administração e Desburocratização – SAD/MS – Superintendência de Licitação.

Objeto: Aquisição de GPS portátil com as seguintes características técnicas mínimas: - Receptor de no mínimo 12 canais com atualização de sua posição; - Armazenamento de pelo menos 1000 pontos de referência (waypoints), com nomes e símbolos gráficos; - TrckLog 10.000 pontos, 20 Trilhas; - Armazenamento de pelo menos 50 rotas reversíveis; - Computador de bordo: Velocidade, Velocidade média, nascer e por-do-sol, velocidade máxima, tempo de viagem e hodômetro; - Map datums: Mais de 100; - Formato de posição: Lat/Lon, UTM/UPS, Maidenhead, MGRS e outras grades; - Características mínimas da bússola eletrônica: Precisão: ± 5 graus com calibração; Resolução: 1 grau; - Características mínimas do altímetro barométrico: Precisão: 3 metros com calibração; Resolução: 30 cm; Escala: -2.000 a 30.000 pés (-600m a 10.000m); Computador de altitude: Elevação atual, relação máxima e mínima de elevação ressetáveis, total ascendente/descendente, curva média e máxima da ascendente e descendente; - Tabelas celestiais, nascer e por do sol e da lua, localização; - Cursor de quatro sentidos; - Tempo de aquisição: Quente: aprox. 15 segundos e Frio: aprox. 45 segundos; - AutoLocate: máximo 2 minutos; - Precisão horizontal de até 15 metros; - precisão de velocidade: 0.1 RMS; - aceleração máxima (dinâmica): 6g's; - Interfaces: RS232 com NMEA 0183, RTCM 104 DGPS formato de dados; - Antena Interna; - Medidas máximas: 11.0 x 6.0 x 3.0 cm; - Peso máximo: 160 g com pilhas; - Tela: colorida TFT de no mínimo 3.3 x 4.3 cm com 256 cores (176 x 220 pixels); alto-contraste; display de cristal líquido com iluminação; - Caixa: Prova d'água padrão IEC 529 IPX7; - Variação de Temperatura suportada -15°C a 70°C; - Alimentação duas pilhas AA (não incluídas); - Vida útil das pilhas: mínimo 18 horas no modo usual; - manual de instalação em português, configuração e utilização do aparelho e seus acessórios, cabo de transferência de dados para PC. Marca: GARMIN / ETREX 30X (lote 11).

Valor: R\$ 42.000,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000096 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº PGJ/10/0329/2018

Amparo legal: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993; Lei Federal nº 8.245/1991; e Lei Federal nº 12.462/2011.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), Nota de Empenho nº 2018NE003985, de 20.08.2018.

Objeto: Locação sob medida (built to suit), com reforma substancial de imóvel na Comarca de Dourados-MS, para fim de instalação de sede de Órgãos de Execução e Auxiliares do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: A modalidade de locação sob medida encontra-se prevista no artigo 54-A, da Lei Federal nº 8.245/1991, bem como no artigo 47-A, da Lei Federal nº 12.462/2011. Além disso, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul já concluíram ser possível a adoção da locação de imóveis built to suit pela Administração Pública, assim como a invocação da dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993, para efetivar a contratação. Para tanto, referidas Cortes de Contas elencaram alguns requisitos a serem observados para condicionar a legalidade da contratação, os quais foram atendidos integralmente pela Administração Pública, de acordo com os documentos que instruem os autos, restando atendidas as exigências legais permissivas a prescindir o procedimento licitatório para a locação, na modalidade built to suit, do imóvel situado na Rua João Rosa Góes, nº 301, Centro, na Cidade de Dourados, de propriedade de José Antonio Teixeira Marcondes, representado pela Imobiliária Colmeia, conforme Decisão de fls. 231-234, do Processo nº PGJ/10/0329/2018.

Ratifica: Helton Fonseca Bernardes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo.

Campo Grande-MS, 20.08.2018.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica, que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos; e a União, por intermédio da 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Luiz Alexandre Gomes da Silva.

Processo: PGJ/10/2650/2018.

Objeto: Viabilizar a confecção de termos circunstanciados de ocorrências por Policiais Rodoviários Federais, dentro do Estado do Mato Grosso do Sul, quando do atendimento das infrações de menor potencial ofensivo de que trata a Lei nº 9.099/1995, e quando do atendimento dos atos infracionais praticados por adolescentes, equivalentes aos citados crimes de menor potencial ofensivo, e ainda quando do atendimento dos crimes de trânsito previstos na Lei nº 9.503/1997, que se enquadram nos critérios de menor potencial ofensivo previstos na Lei nº 9.099/1995, sem ônus ao erário público.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/1993; Decreto Estadual nº 11.261/2003; Lei Federal nº 9.503/1997; Lei Federal nº 9.099/1995; e no Decreto Federal nº 1.655/1995.

Vigência: 01.08.2018 a 01.08.2023.

Data da assinatura: 01.08.2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003971 DE 17.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3032/2018.

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA-EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de cartão de visita, papel couchê fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades (item 31).

Valor: R\$ 140,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003971 de 17.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0012/2018/32PJ/CGR**

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2018.00002138-7

Requerente: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública. REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande.

Assunto: Apurar a suficiência de servidores para compor o Núcleo Interno de Regulação-NIR do Hospital Santa Casa de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 16 de agosto de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0054/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002531-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alfredo Gonçalves Dias - ME

Objeto: Apurar informações que aduzem a prática de infração ambiental perpetrada pela empresa Alfredo Gonçalves Dias - ME, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 02/2016/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 22 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0055/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002504-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Municipal Aparicio Vidal Garcia

Objeto: Apurar declarações que aludem eventuais problemas na prestação de serviço público de saúde no Hospital Aparício Vidal Garcia, do município de Coronel Sapucaia/MS.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 04/2014/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 22 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0105/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001609-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Fortaleza, Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Fortaleza de propriedade de Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon e Outros, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0106/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001610-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda São Joaquim, Maria Celeste Costa e Silva

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda São Joaquim de propriedade de Maria Celeste Costa e Silva e Outro, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0107/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001598-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Claudinê Gonçalves Costa e Outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Barra Bonita de propriedade de Claudinê Gonçalves Costa e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0108/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001665-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Entre Rios - Gleba 04, Dalila Eberhard Behling

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Rios - Gleba 04 de propriedade de Dalila Eberhard Behling e Outro, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0109/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001667-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Entre Rios - Gleba 03, Oséias Eberhard

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Rios - Gleba 03 de propriedade de Oséias Eberhard, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0110/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001668-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Darlhene Eberhard de Jesus e Outro

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Amigos - Gleba 02 de propriedade de Darlhene Eberhard de Jesus e Outro, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0111/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001663-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Entre Rios - Gleba 05, Dari Eberhard

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Rios - Gleba 05 de propriedade de Dari Eberhard e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0112/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001664-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Maria Loureiro Pinheiro

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda do Chefão de propriedade de Maria Loureiro Pinheiro, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0113/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001611-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Condomínio Fortaleza, Leo Tales Fretes Ocampos

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Condomínio Fortaleza de propriedade de Leo Tales Fretes Ocampos e Outros, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL Nº 0114/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001646-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Nova Querência IV, Irani Eberhard

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Nova Querência IV de propriedade de Irani Eberhard e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em substituição legal

EDITAL N° 0115/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 3439 1991, Bela Vista/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001659-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Leonildo Bigatão Filho e Outros

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Chefão de propriedade de Leonildo Bigatão Filho e outros, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 21/08/2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça - Em Substituição Legal

BONITO

MP N.: 06.2018.00002438-4

EDITAL N.º 0005/2018/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002438-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002438-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: A apurar

Assunto – Inquérito Civil nº 036/2016: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por irregularidade e ilegalidade na execução e doação de terrenos do Loteamento de Conjunto Habitacional Rio da Prata.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

MP N.: 06.2018.00002415-1

EDITAL N.º 0006/2018/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002415-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002415-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: A Apurar

Assunto – Apurar eventual superfaturamento da construção da nova sede da Câmara dos Vereadores de Bonito/MS, bem como prática de ato de improbidade administrativa, por quebra de isonomia, ante a realização de evento antecipado de inauguração do referido prédio público, com obras inacabadas, em ano eleitoral, decorrente da migração para o sistema SAJMP do Inquérito Civil nº 037/2016.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

NÚMERO DO MP: 06.2018.00001470-9

RECOMENDAÇÃO 0008/2018/01PJ/BTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “*caput*” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Procedimento Preparatório 06.2018.00001470-9 com a finalidade de apurar o descumprimento por parte da Prefeitura de Bonito/MS do direito de petição de servidores e cidadãos;

CONSIDERANDO que desde 1689, na inglesa “Bill of rights”¹, que é fruto da Revolução Gloriosa e do seu sucesso na luta contra o absolutismo monárquico e a favor da concessão de maior poder aos cidadãos, isto é, ao Parlamento, é reconhecido expressamente o direito de petição como direito humano fundamental do cidadão;

CONSIDERANDO que a brasileira Constituição Cidadã de 1988 não se furtou ao prever expressamente esse direito como sendo daqueles que todos os nacionais e estrangeiros podem opor contra o Estado, e que nem Emenda Constitucional pode abolir, tendo tido o cuidado até mesmo de imunizar a sua fruição contra a cobrança de taxas: “Artigo 5º. XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

CONSIDERANDO que, pela contumaz confusão que o nome pode propiciar, importante destacar que o direito de petição, que já teve o Rei da Inglaterra como legitimado passivo e hoje submete todos os órgãos públicos em sua função administrativa (inclusive este Ministério Público), não se confunde com o direito da inafastabilidade do Poder Judiciário², pois este último garante ao cidadão a prerrogativa de impulsionar o inerte órgão julgador em busca da satisfação uma pretensão que não se resolveu administrativamente³, obtendo assim a garantia da coisa julgada (núcleo duro da função jurisdicional);

CONSIDERANDO que igualmente o direito de petição não se confunde com o direito de acesso à informação⁴, pois embora ambos digam respeito a um interesse que o cidadão possui e necessita opô-lo ao órgão público capaz de satisfazê-lo, o segundo sempre será limitado ao interesse em ter acesso a determinada informação; já o primeiro, a outros interesses que não esse, como: melhoria de serviços públicos, incremento de políticas públicas, pedidos de reajustes, benefícios ou gratificações por servidores públicos;

CONSIDERANDO que em nível infraconstitucional, o artigo 48 da Lei do Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal, Lei 9.784/99 reafirma o dever de apresentar resposta às solicitações ou reclamações dos cidadãos: “A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência”;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal de Bonito número 1.453 de 06 de junho de 2017, que dispõe sobre o

¹ “4. Que os súditos tem direitos de apresentar petições ao Rei, sendo ilegais as prisões vexações de qualquer espécie que sofram por esta causa”

² CF 1988, artigo 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

³ Embora não seja indispensável a tentativa de resolver a pretensão administrativamente, é certo que ela não foi, caso contrário não haveria interesse de agir na petição judicial.

⁴ CF 1988, artigo 5º. XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

Processo Administrativo na esfera da função administrativa municipal repete *ipsis litteris* o disposto no artigo 48 da Lei Federal acima transcrito, trazendo no artigo 49 o prazo de 30 dias para a decisão⁵;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal deixou de apresentar resposta a um requerimento devidamente protocolizado pelo Sindicato os Servidores Públicos Municipais de Bonito;

CONSIDERANDO que a violação do Direito de Petição sujeita o infrator a consequências criminais, administrativas e de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO haver precedente impondo consequência cível-indenizatória, uma vez que que o Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu causar dano extrapatrimonial na simples demora da Administração em dar resposta a pedido administrativo, por descaso com o cidadão, fixando, inclusive, ser caso de dano moral *in re ipsa*⁶;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR, ao Prefeito do Município de Bonito/MS que:

A) *Garanta o direito de petição dos brasileiros e estrangeiros que protocolizarem requerimento com solicitações ou reclamações perante a Prefeitura Municipal, respondendo de maneira escrita com comprovação do recebimento da resposta, obedecendo ao prazo máximo de 30 dias constantes da Lei Municipal 1.453/2017;*

B) *Determine que toda a Administração Pública Municipal igualmente não se esquivе de cumprir o direito de petição de todos que protocolizarem requerimentos perante as respectivas repartições e órgãos;*

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social;

B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP;

C) a todos os Secretários Municipais;

D) à Presidente da Câmara Municipal de Bonito;

E) ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bonito;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Fixo o prazo de 20 dias para resposta acerca do acatamento da presente recomendação.

Bonito, 16 de agosto de 2018

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

⁵ Lei 1.453 Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada

⁶ TJ-SP – APL: 00174627520128260510 SP, Relator Heloísa Martins Mimessi. Data de Julgamento: 28/09/2015. 5ª Câmara de Direito Público. Data de Publicação 30/09/2015.

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0002/2018/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público Nº 06.2018.00002519-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00002519-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Abel Fernandes Kotlewski Júnior.

Assunto: Apurar informações acerca de poluição do ar decorrente da atividade empresarial desenvolvida pela “OFICINA LOCAMAQ”, de propriedade de Abel Fernandes Kotlewski Júnior.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 10/2ªPJ/2016 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Cassilândia-MS, 21 de agosto de 2018

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0093/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001684-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim e Secretaria de Gestão

Assunto: "Apurar eventuais irregularidades na retenção de contribuições previdenciárias destinadas ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coxim-MS (IMPC) , e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes."

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 030/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 26 de junho de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL**INQUÉRITO CIVIL Nº 11/2015**

Requerente: Ministério Público de Contas

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, consistente na criação de cargos públicos em desconformidade com o artigo 37, inciso V, da CF, bem como ausência de controle nas despesas com combustível pelo Município de Fátima do Sul, referente ao ano de 2008, tendo como ordenadora de despesa a ex-prefeita municipal, Ilda Salgado Machado, conforme acurado pelo Tribunal de Contas do Estado.

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2018 - 1ªPJ-FSUL

Dispõe sobre o controle e fiscalização do uso de combustíveis pela frota municipal e dá outras providências.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito do Inquérito Civil nº 11/2015, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 11/2015, com intuito de apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, consistente na criação de cargos públicos em desconformidade com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, bem como ausência de controle nas despesas com combustível pelo Município de Fátima do Sul, referente ao ano de 2008, tendo como ordenadora de despesa a ex-prefeita municipal, Ilda Salgado Machado, conforme acurado pelo Tribunal de Contas do Estado;

CONSIDERANDO que durante a tramitação deste Inquérito Civil restou comprovada a extinção dos cargos apontados como inconstitucionais pelo Tribunal de Contas Estadual, especificamente através do artigo 14 da Lei Complementar Municipal de nº 076/2016;

CONSIDERANDO, ainda, que tramita nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo nº 01/2015, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta realizado pelo Município de Fátima do Sul/MS, nos autos de Procedimento Preparatório nº 13/2008, o qual abarca a regularização de todos os cargos municipais, indistintamente;

CONSIDERANDO que o Município de Fátima do Sul/MS, então representado pelo Prefeito Municipal, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Junior, ao ser notificado da conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, se restringiu em afirmar que, à época, utilizava o sistema informatizado disponibilizado pela empresa Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda, pelo qual cada veículo da frota municipal possuía cartão próprio e o servidor municipal responsável pelo abastecimento possuía sua senha;

CONSIDERANDO que, posteriormente, ocorreu a troca da gestão municipal, motivo pelo qual foram solicitadas novas informações a respeito do controle e fiscalização do uso de combustíveis pela frota municipal;

CONSIDERANDO que, em resposta, a atual Prefeita Municipal, Ilda Salgado Machado, informou que a frota municipal é abastecida sob a responsabilidade de um servidor designado para esse fim, que acompanha in loco, passando

as informações em uma planilha, as quais são inseridas, diariamente, em um sistema de controle de combustível, que alimenta o Portal de Transparência;

CONSIDERANDO que, entretanto, adveio denúncia anônima, registrada através da Notícia de Fato nº 11.2017.00001366-0, que narrou possível fraude na venda de combustíveis para o Município de Fátima do Sul/MS, posto que se sagrou vencedor da licitação o Auto Posto São José, de propriedade do Sr. José Marinho da Silva, o qual teria sido o principal apoiador da campanha eleitoral da Prefeita Municipal, Ilda Salgado Machado, cujo fato está sendo apurado no Inquérito Civil nº 06.2017.00001329-4, o qual visa apurar eventuais irregularidades praticadas no procedimento licitatório nº 002/2017, Pregão nº 001/2017, do Município de Fátima do Sul, o qual teve como objeto 'a aquisição de combustível e derivativos, para atender veículos da frota municipal', bem como na execução do seu contrato;

CONSIDERANDO, portanto, que o presente Inquérito Civil visa, neste momento, apenas averiguar eventual irregularidade sobre a ausência de controle nas despesas com combustível pelo Município de Fátima do Sul/MS;

CONSIDERANDO que no bojo das investigações foram ouvidos diversos motoristas do Município de Fátima do Sul/MS, os quais confirmaram que o método utilizado pelo Poder Público Municipal no controle de aquisição e consumo de combustíveis deixa margem à diversos questionamentos;

CONSIDERANDO, no entanto, que, a princípio, não ficou evidenciado desvio de combustíveis por parte dos servidores públicos responsáveis pelo abastecimento frota municipal e controle do uso;

CONSIDERANDO que os responsáveis pela empresa contratada para fornecimento do sistema informatizado de controle de combustível estiveram nesta Promotoria de Justiça e afirmaram que para o regular funcionamento do sistema basta um servidor público efetivo para ser capacitado por eles;

CONSIDERANDO que foi realizada audiência nesta Promotoria de Justiça no dia 12/04/2018, oportunidade em que o Procurador Jurídico Municipal, Paulo Cesar Bezerra Alves sinalizou positivamente sobre a possibilidade de adequar o controle de aquisição e uso de combustíveis, através de sistema específico para este fim, sobretudo com a colocação do servidor público para tanto;

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): “Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, "A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano";

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que a falta de controle na aquisição e no uso de combustíveis pelo Município de Fátima do Sul/MS, pode gerar desvios e, com isso, causar prejuízos ao erário público, o que caracteriza ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que, a seu turno, o artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa prevê que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, motivo pelo qual, mesmo sem a comprovação efetiva de desvio de combustíveis, a falta de controle efetivo do uso destes pode configurar ato de improbidade administrativa, mormente se houver gastos excessivos com a aquisição de combustíveis;

CONSIDERANDO que, a respeito do tema, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se posicionou:

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O DEMANDADO, NA CONDIÇÃO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA, AUTORIZOU, NO EXERCÍCIO DE 2012, GASTOS EXCESSIVOS COM COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAL, SEM QUALQUER MECANISMO RÍGIDO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO. PRETENSA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/1992). AGRAVO RETIDO. 1. Aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) aos agentes políticos. Do alcance do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal não escapam quaisquer agentes públicos, à exceção do Presidente da República. Precedentes do STJ e desta Câmara de Direito Público. 2. Competência do juízo de primeiro grau para julgar ação de improbidade manejada contra prefeito, detentor de prerrogativa de foro. Além de já estar cristalizado na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que o artigo 29, inciso X, da CF é aplicável tão somente na seara criminal, a Lei nº 10.628/2002, que acrescentou o § 2º do artigo 84 do CPP, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a partir de 15.09.2005, em controle concentrado (ADIN 2.797-2 e ADIN 2.860-0). MÉRITO. Falta de controle periódico e de registro individual dos gastos com abastecimento dos veículos da frota municipal no exercício de 2012 comprovada nos autos. Fato constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, tocantes ao exercício de 2012. Falta de transparência dos gastos públicos que ressalta da prova testemunhal produzida em juízo. Réu que se limitou a defender a regularidade dos gastos com combustíveis para abastecimento da frota municipal de automóveis, tendo impugnando genericamente as alegações tecidas na inicial, mas não trouxe aos autos qualquer documento apto a retratar, com o mínimo de segurança, o verdadeiro consumo, a extensão dos gastos, de maneira individualizada, e a real necessidade de abastecimento dos veículos, prova singela a ele plenamente acessível. Quadro de descontrole e de falta de planejamento e de transparência no que toca aos gastos públicos com combustíveis para abastecimento da frota municipal. Dever de transparência, consectário do princípio da publicidade (artigo 37, caput, da Constituição Federal), que vincula a Administração Pública e está no centro do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito. Na medida em que não restou especificamente demonstrado dano preciso e concreto aos cofres municipais (ou seja, não se demonstrou que o combustível adquirido não se reverteu ao Poder Público

municipal), é de se concluir que a conduta do réu se amolda à residual tipologia do artigo 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa. Réu que agiu com má-fé no trato com a coisa pública e no dispêndio do dinheiro público, animado pelo dolo de lesar, de forma consciente e voluntária, os princípios aplicáveis à Administração Pública (o da publicidade à frente). Ato de improbidade configurado. Sanções não impugnadas especificamente no apelo e que, de toda sorte, se coadunam com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Agravo retido e apelação desprovidos. (TJSP; APL 0005086-36.2015.8.26.0483; Ac. 10462565; Presidente Venceslau; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia; Julg. 23/05/2017; DJESP 06/06/2017; Pág. 2148). Grifou-se.

CONSIDERANDO que sobre o caso, é pertinente a lição de Silvio Marques:

“O agente público pode permitir que outrem enriqueça ilicitamente tolerando ou permitindo práticas contrárias ao órgão ou entidade pública (por exemplo, autorizando que um contrato não seja completamente cumprido). Ele também pode facilitar o enriquecimento de terceiro reduzindo indevidamente as dificuldades (por exemplo, para que o terceiro cumpra um contrato). Por fim, o agente público propicia o enriquecimento ilícito de terceiro, por concurso, se contribuir para que este efetivamente obtenha vantagens ou deixe de gastar seus próprios recursos, em detrimento do erário (por exemplo, pagando despesas pessoais). É importante notar que o enriquecimento ilícito pode se dar pela transferência de bens ou pelo pagamento ou uso indevido de recursos públicos, caso em que o terceiro deixa de gastar seus próprios recursos⁷”.

CONSIDERANDO que é obrigação do agente público responsável pelo abastecimento de veículos anotar no processo de liquidação da despesa “o número da placa e quilometragem registrada no hodômetro, sempre que se trate de despesa relativa a consumo de combustíveis e lubrificantes, a reposição de peças e a consertos de veículos”, nos termos do art. 15, §2º, III, da Resolução 22/2011, ratificado pelo art. 16, §2º, III, da Resolução 04/2013, todas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERANDO que esta obrigação visa registrar o real consumo dos veículos da administração pública, a fim de que os cofres públicos não arquem com consumo desproporcional aos veículos existentes no órgão administrativo.

CONSIDERANDO que o descumprimento desse dever também pode (a depender das demais provas existentes nos autos) levar à consumação do ato de improbidade descrito no art. 10, XI, da Lei 8.429/92.

CONSIDERANDO a necessidade de sanar a falta de transparência sobre o efetivo controle do uso de combustíveis pela frota do Município de Fátima do Sul/MS;

CONSIDERANDO, por fim, que o Tribunal Contas Estadual ao proferir decisão simples nos autos TC/MS 1862/2009, Inspeção Ordinária 38/2008, decidiu determinar ao atual ordenador de despesas para que passe a conservar, para controle e fiscalização, as requisições de abastecimento de combustíveis, bem como para que tome medidas de implantar controle adequado da frota sobre abastecimentos, manutenções e outros;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 3º da Resolução n.º 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Fátima do Sul/MS, o que segue:

Art. 1º. Aprimore o sistema de controle interno, no setor de frotas do Município, implementando medidas corretivas, a fim de corrigir as falhas identificadas e minimizar as possibilidades de desvio de recursos públicos, adotando providências como fazer cópia ou digitalização dos cupons fiscais de abastecimento para evitar que os dados neles constantes desapareçam com o decorrer do tempo;

Art. 2º. Instrua o processo de despesas com todos os documentos necessários à comprovação do bom uso dos recursos públicos (requisição, notas e cupons fiscais, etc.);

⁷ MARQUES, Silvio Antônio. Improbidade Administrativa: ação civil e cooperação jurídica internacional. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 106-107.

Art. 3º. Determine a realização do controle dos abastecimentos e dos horários de entrada e de saída dos veículos em manutenção, no Diário de Bordo dos veículos, no qual também tem que constar a data, quilometragem inicial da partida, horário da partida, quilometragem da chegada, horário da chegada, destino, objetivo da viagem, trajeto, assinatura do motorista e assinatura do responsável pelo setor;

Art. 4º Adote medidas de responsabilização dos motoristas por deficiências no preenchimento do Diário de Bordo, do responsável pelo setor, assim como do responsável pelo preenchimento de informações junto ao sistema informatizado;

Art. 5º Proceda ao controle eficiente de consumo de combustível, expondo de forma detalhada a placa do veículo, nome do motorista, data do abastecimento, o posto de combustível, o hodômetro anterior, o hodômetro atual, os quilômetros rodados e a quantidade de litros abastecidos, além dos outros campos solicitados no sistema informatizado contratado pelo Município;

Art. 6º No âmbito da Controladoria Interna do Município, que esta, no uso de suas atribuições legais, edite ato interno, o qual deve dispor sobre os procedimentos gerais para o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral e do consumo de combustível por estes, bem como implemente rotina de controle e averiguação do efetivo cumprimento por parte dos servidores.

Art. 7º Disponibilização de servidores públicos efetivos para efetivar o controle do consumo de combustível nos sistemas, bem como a orientação a todos os motoristas ou servidores que utilizam os veículos sobre os procedimentos necessários para o efetivo controle;

Art. 8º Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo, bem como no prazo de 60 (sessenta) dias para comprovação do cumprimento integral das recomendações;

Art. 9º. Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Fátima do Sul/MS, para fins de conhecimento;

Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;

Ao Prefeito Municipal de Jateí para ciência e tomada de providências que entender cabíveis, em atenção ao princípio da isonomia e a imprescindível segurança jurídica e uniformidade de atuação

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Fátima do Sul/MS, 17 de agosto de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0114/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002360-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002360-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edemilson Jose Holler e Jonatas Pontes Gusmão

Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar indevidamente o recolhimento de numerário proveniente de fiança arbitrada em Inquérito Policial instaurado na Delegacia de Polícia de Antônio João à Conta única do Tribunal de Justiça.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 07/PPS/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 21 de agosto de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ITAQUIRAÍ

EDITAL Nº 0016/2018/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002407-3, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002407-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vitória do Nascimento Bilk Gesser

Objeto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por servidora pública municipal, uma vez que é, em tese, "funcionária fantasma" da Secretária de Administração de Itaquiraí.

Itaquiraí, 14 de agosto de 2018

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça